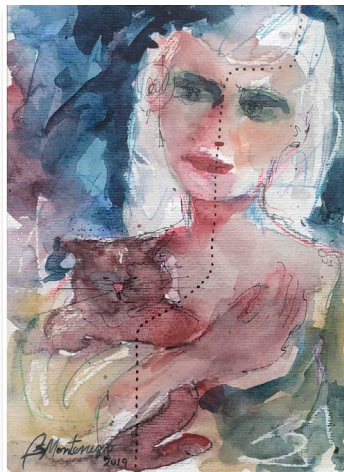


# Importância da Ciência Política e das Relações Internacionais no ensino militar

TAMIRES MARIA BATISTA ANDRADE  
ALEXANDRE MANHÃES  
HUMBERTO JOSÉ LOURENÇÃO

**RESUMO:** Este artigo examina a formação em Ciência Política e Relações Internacionais, propiciada pela Academia da Força Aérea. Analisa se essa instituição de ensino superior está qualificada para preparar oficiais da Força Aérea Brasileira frente aos desafios do Estado democrático e dos denominados conflitos híbridos. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, desenvolveu-se a correlação entre os conteúdos estabelecidos nos planos das disciplinas e suas aplicações no contexto atual, considerando as especificidades da profissão militar. Concluiu-se que o ensino de Ciência Política e Relações Internacionais é primordial para o preparo do militar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciência política. Relações internacionais. Ensino militar. Conflito híbrido.



## Importance of Political Science and International Relations in Military Education

---

### TAMIRES MARIA BATISTA ANDRADE

Mestranda no Programa de Mestrado em Ciências Aeroespaciais (PPGCA), nível Profissional, na Universidade da Força Aérea (UNIFA), Rio de Janeiro/RJ.  
E-mail: tamiresmariabatista@gmail.com

### ALEXANDRE MANHÃES

Doutorando na Universidade em Ciências Aeroespaciais (PPGCA) na Força Aérea (UNIFA), Rio de Janeiro-RJ.  
E-mail: manhaesam.91@gmail.com

### HUMBERTO JOSÉ LOURENÇÃO

Professor Titular de Relações Internacionais da Academia da Força Aérea (AFA). Professor de Ciência Política do Programa de Pós-graduação em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (UNIFA).  
E-mail: lourencao@hotmail.com

**ABSTRACT:** This article examines the formation in Political Science and International Relations, provided by the Air Force Academy. It analyzes whether this higher education institution is qualified to prepare officers of the Brazilian Air Force in the face of the challenges of the democratic state and the so-called hybrid conflicts. Using bibliographic and documentary research, the correlation was developed between the contents established in the planes of the disciplines and their applications in the current context, considering the specificities of the military profession. It was concluded that the education in Political Science and International Relations is essential for the preparation of the military.

**KEYWORDS:** Political science. International relations. Military education. Hybrid conflict.

---

RECEBIDO: 27/02/2022

---

APROVADO: 20/07/2022

## **1 Introdução**

Apesar de a guerra constar na história da humanidade desde tempos imemoriais, a criação da profissão militar ocorreu a partir da idade moderna concomitantemente ao surgimento dos Estados nacionais, sendo o oficialato, especificamente, um produto genuíno do século XIX (HUNTINGTON, 1996). A criação de exércitos permanentes, dotados de um corpo de oficiais, de um corpo administrativo profissionalizado, fez parte do processo de crescimento e soberania dos Estados nacionais (ROUQUIÉ, 1991).

A consolidação deste corpo de oficiais autônomo originou a questão das relações entre civis e militares no interior do Estado, levantando a temática dos conteúdos necessários à formação do combatente profissional, ou seja, a formação em ciências militares. Partindo da definição aristotélica do homem como “animal político”, verifica-se historicamente que o desenvolvimento civilizatório trouxe a artificialidade do poder político em contraposição à “lei do mais forte”. A partir da instituição do poder político, estabelece-se que a instituição detentora da força (armada) não pode ter o poder (político). Nesta premissa, toda sociedade com certo grau de complexidade em suas relações de produção adotou alguma forma de organização política com fins de dirimir conflitos de interesses, ou de consolidar o predomínio de alguns grupos (LOURENÇÃO, 2016).

Neste particular destaca-se a formação nas disciplinas de Ciência Política e Relações Internacionais - nas quais as ciências militares estão inseridas - na tarefa de internalização de valores democráticos na elite do braço armado do Estado, tornando-a mais consciente de como deve ser sua inserção na vida nacional, especificamente, no aparelho do Estado. Complementarmente, sendo as disciplinas de Ciência Política e Relações Internacionais as áreas de conhecimento que estudam o fenômeno do poder político, particularmente quando este é exercido no âmbito do Sistema Internacional (SI), tais disciplinas são de extrema importância na formação do segmento estatal cuja função é a defesa do Estado. Isto se torna mais verdadeiro quando se considera que os Estados Nacionais soberanos concorrem entre si, através da execução de suas respectivas políticas externas, buscando aplicar todos os

recursos materiais e humanos disponíveis para a proteção de seus interesses nacionais (WALTZ, 1979).

As relações interestatais são marcadas, assim, pela projeção de poder dos Estados mais fortes sobre os menos fortes, seja atuando pelo comércio exterior, pela diplomacia ou pela força das armas. Obviamente, toda orientação estratégica da política externa se baseia no cálculo de aplicação de poder advindo da Ciência Política (LOURENÇÃO, 2016).

Nesse movimento, a guerra, declarada e em curso ou latente, tem sido um fator constante nas relações internacionais ao longo da história. Sendo as Forças Armadas as operadoras da Guerra, torna-se de substancial importância que seu oficialato conheça com profundidade a história, as teorias e as análises conjunturais das Relações Internacionais (RI). De modo geral, a ação efetiva requer entendimento e não existe entendimento sem teoria que o consubstancie (NGAIRE, 1996). Assim, especificamente o estudo das Teorias de Relações Internacionais se torna ainda mais necessário na medida em que tais teorias estão incorporadas dinamicamente nos conceitos, nos enquadramentos analíticos e nos enfoques utilizados por estrategistas e planejadores de emprego de forças que operam no Sistema Internacional.

No estudo das manifestações de poder, há uma dificuldade estrutural em alcançar níveis elevados de objetividade científica na medida em que elementos ideológicos impregnam as teorias políticas. Este processo decorre da necessidade de que todo sistema e grupo político buscam justificar sua existência mediante argumentos ideológicos, tais como tradição, bem comum, vontade popular etc. Tais conteúdos argumentativos, longe de serem realidades objetivas demonstráveis, são na verdade formulações que objetivam reforçar a legitimidade de um governo ou a aceitação de determinado grupo ou prática política. Dessa forma, um dos principais objetos dos estudos políticos é o conjunto de interesses, doutrinas e ideologias em confronto no interior das sociedades e entre elas. Sendo o militarismo uma destas doutrinas sociais presentes no interior das sociedades, os estudos políticos contribuem para que o oficial combatente compreenda melhor sua profissão, sua inserção no conjunto das ideologias sociais que sustentam sua prática, tornando-a mais consciente da natureza

e dinâmica do jogo democrático, da importância do controle civil sobre a estrutura militar e do princípio da não interferência nos poderes constitucionais (LOURENÇÃO, 2016).

A importância da formação em ciência política também se faz notar na medida em que ela traz elementos que contribuem para o esclarecimento de como deve ser a inserção das Forças Armadas na estrutura do Estado, a partir da definição constitucional de suas funções e da lógica do funcionamento das sociedades democráticas. Regularmente, as Forças Armadas existem para defender a nação, ou seja, defender um povo unido por vínculos étnicos, culturais e linguísticos, cuja vontade política se expressa no Estado Nacional. Por seu turno, este pode ser definido como a instituição que manifesta o poder político, aquele que faz cumprir as leis sobre determinada população e território. Segundo Weber (2004), o Estado é um tipo de associação política especial, que tem condições de reivindicar com êxito o exercício do monopólio da violência física legítima num determinado território.

Sobre o papel repressor do Estado, como as Forças Armadas no Brasil têm sido usadas com certa frequência em operações de segurança pública, denominadas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), compondo assim a estrutura repressora do Estado, entende-se aqui que cabe à oficialidade das Forças Armadas se inteirar: 1. de como esta estrutura de segurança pública do Estado está organizada e das razões de sua alegada insuficiência, dado que tal insuficiência é usada como pretexto legal para o acionamento das Forças Armadas em operações GLO; 2. das ideologias políticas que orientam o emprego do aparelho repressor do Estado e a quais segmentos sociais ele serve. Estes estudos contribuiriam significativamente para que a instituição, a partir da liderança do oficialato, possa se posicionar com consciência quando o assunto é seu emprego na segurança pública, evitando uma postura punitivista e criminalizadora de movimentos sociais, por exemplo.

Diante dessas premissas, o objetivo principal deste estudo é verificar se a proposta curricular de formação em Ciência Política e Relações Internacionais dos cadetes da Academia da Força Aérea (AFA) possui conteúdos que reforçam o preparo dos futuros combatentes frente a duas ordens de desafios: o primeiro desafio é

o de atuar como uma expressão do poder de Estado dentro de uma ordem democrática e de valorização de direitos; o segundo desafio é o de combater as denominadas novas ameaças, em especial no contexto de guerra híbrida, tal como será definida abaixo.

A metodologia desta pesquisa é qualitativa, por meio do método hipotético-dedutivo, e utiliza a pesquisa bibliográfica e documental para coleta de dados. Assim, será analisado o Plano de ensino, incluindo carga horária e conteúdos ministrados, da disciplina de RI que tem orientado o seu ensino na AFA desde o ano de 2019. Atenção especial será dada aos conteúdos relativos à Ciência Política (CP) que estão presentes na ementa da disciplina de RI, na medida em que a instituição não possui uma disciplina específica para o ensino de CP.

Fundamentando a análise e discussão destes conteúdos, serão perseguidos quatro objetivos específicos, sendo eles: i) análise do profissionalismo militar e das relações civis-militares no contexto do Estado Democrático de Direito; ii) análise dos conceitos e características das guerras híbridas e os desafios que elas impõem à segurança nacional; iii) análise do currículo da disciplina de RI da Academia da Força Aérea e o que ela enseja sobre o perfil do futuro oficial da Aeronáutica, particularmente se tal disciplina tende a contribuir com a formação de combatentes aptos à defesa da pátria no ambiente de novas guerras e, ao mesmo tempo, respeitadores do Estado Democrático de Direito.

## **2 Relações civil-militares nas sociedades democráticas**

Uma política de segurança nacional tem a tarefa de identificar as vulnerabilidades que ameaçam as estruturas nacionais, em sua integridade populacional, territorial e institucional, comprometendo assim a soberania nacional. A maior virtude dessa política seria a de desenvolver uma dinâmica de relações entre civis e militares que, enquanto garante um alto nível de segurança nacional, proteja também o Estado democrático de direito, com seus direitos civis, políticos e sociais (LOURENÇÃO, 2020).

Em sociedades que se pretendem democráticas a definição da política de segurança nacional, incluindo a definição da política

militar, constitui uma prerrogativa própria do poder político. O regime democrático demanda que as Forças Armadas, assim como todas as outras seções não-eleitas do Poder Público, sejam subordinadas aos funcionários eleitos, de acordo com o ordenamento jurídico e institucional estabelecido. Ou seja, ocorre a supremacia do poder político, legítimo e representativo, na formulação da estratégia estatal que vai, posteriormente, repercutir nas políticas de segurança nacional e defesa. Neste processo o corpo dirigente da estrutura militar atua como uma consultoria técnica, assessorando o poder político. Da mesma forma, o *staff* burocrático, tanto civil quanto militar, tem o dever de executar e gerenciar as políticas públicas necessárias para alcançar os objetivos políticos do Estado, tal como definidos pelos poderes constitucionais (LOURENÇÃO, 2020).

Segundo esse princípio da subordinação do poder militar ao poder civil ou político, obviamente, as organizações militares, como todo o aparato administrativo civil, devem se manter neutras em termos de orientação partidária ou governamental, exercendo o papel de consultoria técnica e de execução de diretrizes. Tal subordinação se expressa nos seguintes fatores na organização do Estado: (a) comando das Forças Armadas pelo Chefe de Estado; (b) isenção política das Forças Armadas e total afastamento do seu emprego para fins partidários; (c) as orientações políticas da organização militar e de seu preparo decorrem do poder político e da subordinação do aparelho militar; (d) a intervenção do poder militar no plano nacional ou no campo das relações internacionais deriva exclusivamente de decisão do poder político, na condição de instrumento da força estatal, não em decorrência de decisão institucionalmente autônoma (PRZEWORSKY, 1989).

Para Huntington (1996), a segurança nacional e a não interferência das forças armadas no poder político nacional estão mais bem asseguradas por militares que cultivam seus valores organizacionais autônomos em uma instituição politicamente neutra e profissional, entretidos em desenvolver e aprimorar sua perícia funcional de instrumentos de guerra e dissuasão. Entretanto, um nível irrestrito de autonomia da instituição militar, sem interferência civil, pode ser altamente nocivo aos processos políticos

nacionais. Finer (1962) sustenta que, apesar da inabilidade técnica das Forças Armadas para administrar o Estado, o profissionalismo não garante que os militares não intervenham na política. Corroborando com a crítica de Finer (1962) à ênfase no profissionalismo militar, Rouquié (1991) trata da América Latina e acredita que a profissionalização do corpo de oficiais seria o penhor do apolitismo acabou se equivocando; as tarefas históricas de edificação nacional e estatista, somada à responsabilidade pelas funções de defesa interna, não o predispuseram à neutralidade. Assim, postula-se que as Forças Armadas somente se abstêm de intervir no poder político quando acreditam em um princípio explícito – o “princípio da supremacia civil” (FINER, 1962, p. 25) – que deve ser ensinado através de uma educação política baseada na cultura democrática.

Dessa forma, a disseminação de valores democráticos na formação do oficialato militar contribuiria para a consolidação, extensão e aprofundamento da cidadania e do estado de direito a todos os brasileiros. Na educação do oficialato é preciso ensinar que crises das instituições políticas, econômicas e sociais na democracia são previstas e fazem parte desse mesmo processo democrático, podendo ser resolvidas por meios políticos, na medida em que eles são a sustentação legítima da segurança e da soberania nacionais. Esses valores são conteúdos que podem ser trabalhados nas disciplinas do campo de saber da ciência política, entre elas a de relações internacionais.

Além disto, este mesmo campo de saber também contribui potencialmente para uma outra ordem de desafio que se impõe ao aparelho militar, qual seja, o de estar apto a reconhecer e a combater em tempo real as ameaças híbridas que atentam contra o Estado-nação, notadamente na forma de revoluções coloridas e golpes brandos que visam subverter a ordem institucional. Esta temática está desenvolvida no tópico abaixo.

### **3 Guerras híbridas: desafios multidimensionais**

Pensar na formação do oficial envolve discernir para qual cenário de defesa ele está sendo formado, e para tanto, as ameaças

e guerras híbridas são centrais nesta discussão. Talvez um dos maiores desafios das guerras da atualidade sejam as suas características híbridas, em que as fronteiras entre o estatal e não-estatal, o legal e ilegal, o interno e externo e a paz e a guerra são difusas. A atuação dos participantes pode ocorrer por meio de intermediários (*proxy actors*) e é cercada de imprecisão e ambiguidade, o que complica a atribuição de responsabilidades aos verdadeiros atores, dificultando a previsão e a capacidade de resposta (GIANNOPOULOS; SMITH; THEOCHARIDOU, 2021).

A guerra híbrida é um fenômeno extremamente complexo de ser compreendido, tanto que nem a sua nomenclatura está bem consolidada na literatura. São usadas diferentes abordagens, como a militar, política e acadêmica; diversas lentes disciplinares tentam compreendê-la, como as relações internacionais, os estudos estratégicos, a ciência política, as ciências militares etc. (GIANNOPOULOS; SMITH; THEOCHARIDOU, 2021). Busca-se compreender este fenômeno também a partir de diferentes perspectivas e conjunto de valores das sociedades ocidentais e orientais, como, por exemplo, Liang e Xiangsuip (1999), Gerasimov (2016) e Giannopoulos, Smith e Theocharidou (2021). Abordagens em níveis tático, operacional e estratégico também são tentadas, além do uso de dimensões de atuação, como o físico, moral e psicológico. Isso reflete não só a complexidade, mas a característica multidisciplinar, multifatorial e multidimensional destes fenômenos híbridos.

Na vasta literatura sobre o assunto, há diversas designações: guerra híbrida, guerra irrestrita, guerra assimétrica, guerra de nova geração, dentre outras. Neste sentido, há autores que estabelecem um espectro que se inicia nas ameaças híbridas, passa para os conflitos de baixa intensidade (atos de terrorismo, por exemplo) até chegar à guerra híbrida (MONAGHAN, 2019). Uma outra denominação para guerra híbrida é “Conflito de Ampla Espectro” (*Full-Spectrum Conflict* - FSC), que abarca o amplo espectro de ferramentas empregadas nos conflitos atuais: forças especiais clandestinas, ameaças econômicas, influência política, financiamento de subversão e guerras informacionais (JONSSON; SEELY, 2015).



Os principais autores ocidentais considerados são Lind *et al.* (1989) – que cunhou o termo guerras de quarta geração; Hammes (2006) e Hoffmann (2007) – considerados criadores do termo “guerra híbrida”; Giannopoulos, Smith e Theocharidou (2021) – que desenvolveram um modelo conceitual para estudo das ameaças híbridas. Já os principais autores não ocidentais são Liang e Xiangsuip (1999) – com seu famoso termo “guerra irrestrita”; Gerasimov (2016) – e sua visão multidimensional da guerra; e Sun Tzu (2005) – que há centenas de anos já tratava dos métodos de ataque direto e indireto e suas infinitas combinações.

Descrever sinteticamente as principais características das guerras híbridas é extremamente complexo. A finalidade destes fenômenos é desestabilizar e trocar sistemas, governos e/ou regimes (GERASIMOV, 2016; GIANNOPOULOS; SMITH; THEOCHARIDOU, 2021). Os níveis de atuação são o tático, operacional, estratégico e político. As dimensões podem ser a física, moral e psicológica. Hammes (2006) traz a ideia de Clausewitz (2010), de que a guerra é um empreendimento político, e por isso, o esforço de mobilização política viria antes que o militar, e depende de articulações nos domínios político, econômico, social, além do próprio militar para a construção de uma rede. É um envolvimento da sociedade como um todo.

A guerra irrestrita ou além dos limites de Liang e Xiangsuip (1999) considera que não há domínio que não possa usar ser usado e quase não há domínio que não tenha o padrão ofensivo da guerra, sendo possíveis formas inteiramente novas de guerra, como a guerra de informação, guerra financeira, guerra comercial etc. Qualquer ponto do globo pode ser um campo de batalha e a guerra pode se propagar por qualquer domínio, não sendo uma exclusividade dos militares.

Com base no espectro proposto por Monaghan (2019) e no modelo de Giannopoulos, Smith e Theocharidou (2021), é possível estabelecer uma relativa distinção entre ameaças híbridas e guerras híbridas, em razão de suas diferentes intensidades de ações. No caso das ameaças híbridas, seu objetivo principal é desestabilizar a capacidade de tomada de decisão do Estado-alvo, de forma que ele não consiga identificar que está sendo alvo de ações híbridas

e mesmo que identifique, não consiga se organizar e se articular para contrapô-las, causando prejuízos aos seus interesses nacionais, segundo Giannopoulos, Smith e Theocharidou (2021). O modelo dos autores identifica cinco elementos das ameaças híbridas, articulados para alcançar este objetivo estratégico: atores, ferramentas, domínios, atividades e alvos. Os atores podem ser estatais e não-estatais.

De modo geral uma guerra híbrida é o caos administrado, ou seja, objetiva gerar uma grande instabilidade sociopolítica pelo controle informacional e de alguns personagens e/ou instituições chaves do governo alvo (SHAHSKOV, 2011). Normalmente a instalação do caos segue o seguinte roteiro: inicia-se com insuflação de revoltas populares que desencadeiam uma perda de legitimidade do governo, às quais se somam pressões de bastidores de parte das Forças Armadas, do poder judiciário e do legislativo do governo a ser derrubado, atuando isoladamente ou em conjunto. O objetivo maior é colocar o Estado alvo na defensiva de modo que seja incapaz de conter o caos instalado. O grande sucesso de uma guerra híbrida é ela não ser caracterizada como tal, não ser vista como um conjunto de medidas orquestradas, mas sim como fatos desconexos. Neste particular ela constitui um ótimo exemplo do que Sun Tzu (2005) qualifica como a “excelência suprema” da guerra, qual seja, subjugar “a resistência do inimigo sem lutar”.

De qualquer forma, se este golpe brando (*soft coup*) não funcionar abre-se espaço para um golpe convencional. Este pode ocorrer por intermédio de uma guerra não convencional (isto é, empreendida por grupos armados não oficiais) ou de forma menos violenta, pelo simples câmbio do governo amparado em Forças Armadas (LOURENÇÃO, 2021).

Exemplos emblemáticos de guerras híbridas foram as revoluções coloridas ocorridas nos últimos anos, passando pela Primavera Árabe e as subseqüentes ascensões de governos extremistas de direita. O cerne de uma revolução colorida é a dominação social, ou seja, criar uma mobilização que reúna um volume suficiente de indivíduos para confrontar publicamente o Estado e tentar derrubá-lo. Este volume não precisa corresponder à maioria da população, mas precisar ser capaz de desafiar a segurança

pública do governo alvo. Técnicas de manipulação de informações, principalmente por redes sociais, são os meios utilizados para conquistar e engajar adeptos. Por isso, a configuração da situação social no país alvo é tão importante para uma Revolução Colorida quanto o são a situação física, militar e infraestrutural para a Guerra Não Convencional (KORYBKO, 2015).

O processo ocorre pela exploração por parte de atores externos das contradições latentes de qualquer país, que podem ser das mais variadas naturezas, como tensões de classes, de gênero, de nacionalidades etc. Normalmente a exploração dessas vulnerabilidades ocorre pela manipulação de bolhas ideológicas presentes em redes sociais virtuais, que possibilita mobilizar extensos grupos de pessoas (KORYBKO, 2018).

Diversas ferramentas são empregadas em 13 domínios (infraestrutura, ciberespaço, espaço exterior, economia, militar/defesa, cultura, social/societal, administração pública, legal, inteligência, política, diplomática e informacional). Dentre as suas ferramentas usadas para manipulação e interferência estão a criação de narrativas históricas que sejam parcialmente ou totalmente incorretas, propagação de desinformação e informações erradas, interferência em eleições, ataques cibernéticos, alavancagens econômicas, dentre outras. As atividades nestes domínios são de interferência, influência, operações e até guerra, e acontecem ao longo de três fases: preparação, desestabilização e coerção. Isso tudo é convergido para gerar ações direcionadas a um alvo, com a finalidade de enfraquecer as suas capacidades decisórias (GIANNOPOULOS; SMITH; THEOCHARIDOU, 2021).

Diante desta discussão, volta-se para a formação do oficial. Apesar de seu modelo bastante completo, Giannopoulos, Smith e Theocharidou (2021) não entraram na discussão sobre a formação de oficiais das Forças Armadas. Já os demais autores estabelecem que a flexibilidade é o princípio basilar para se enfrentar estes desafios, sendo necessário “[...] garantir que a educação dos oficiais vá além da tecnologia de sistemas de armas e das ciências ‘tangíveis’” (HAMMES, 2006, p. 282). O autor, ainda, relembra que outrora a formação de líderes militares e tomadores de decisão consistia em uma sólida base de estudos de ciências humanas,

como história e geografia, que perdurava por décadas e que alicerçavam a construção de uma visão de mundo, isto é, de uma perspectiva que invariavelmente afeta suas tomadas de decisão. Por isso, a Educação dos oficiais, não deve se restringir somente aos aspectos técnicos, e deve ser focada no longo termo, visando a construção de um tomador de decisões de alto nível, o que leva anos e décadas para se alcançar (HAMMES, 2006). A melhor forma de se fazer isso é o desafio dos dirigentes das Forças Armadas e dos órgãos de formação militar.

De toda sorte, Clausewitz (2010) já afirmava que para combater uma guerra é necessário antes se preparar para ela. Neste sentido, a educação e o treinamento dos oficiais impactam diretamente na condução do combate e da guerra. Para encarar estes desafios apresentados, é necessário líderes adaptáveis, capazes de tomar decisões e agir sob pressão do tempo. Esse desenvolvimento deve continuar após a formação inicial, pois os oficiais do nível tático de hoje serão os do nível estratégico de depois de amanhã.

#### **4 A Academia da Força Aérea (AFA) e a formação de oficiais de carreira da Força Aérea Brasileira (FAB)**

O Brasil possui três grandes academias militares para a formação de oficiais de carreira que compõem suas Forças Armadas, a saber: a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), localizada na cidade de Resende (RJ), que forma oficiais do Exército; a Escola Naval (EN), que forma oficiais da Marinha, situada na cidade do Rio de Janeiro (RJ); e a Academia da Força Aérea (AFA), instalada em Pirassununga (SP), responsável pela formação de oficiais da Aeronáutica. Estas academias possuem cursos de formação de oficiais que, além de fornecerem a capacitação de nível técnico-operacional necessária para o exercício da profissão, visam também propiciar uma ampla formação acadêmica. Paralelamente, estas academias empreendem esforços para que os futuros oficiais internalizem a denominada doutrina militar ou militarismo: um conjunto de valores, crenças, atitudes e comportamentos considerado apropriado à vida militar (LOURENÇÃO; MUNIZ, 2013).

Integrando o Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS), a AFA ministra a formação em nível superior de três quadros militares: Aviação, Intendência e Infantaria da Aeronáutica. Cada um destes três ramos, em razão de suas especificidades, é formada por um curso específico, a saber: Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv), que forma pilotos militares e, consoante dispõe a Lei de Ensino da Aeronáutica - Lei n.º 12.464/2011, “[...] conferirá a seus concluintes a graduação de bacharel em ciências aeronáuticas, com habilitação em aviação militar, e a graduação de bacharel em administração, com ênfase em administração pública”; Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOInt), que forma gestores, com ênfase em finanças públicas e em logística militar, conferindo aos concluintes “[...]a graduação de bacharel em ciências da logística, com habilitação em intendência da Aeronáutica, e a graduação de bacharel em administração, com ênfase em administração pública” (BRASIL, 2011, [s.p.]); e Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOInf), que forma combatentes de solo, para a proteção de aeródromos e outros apoios bélicos, em que se destaca a manipulação de armamentos e exercícios de campanha, conferindo aos concluintes “[...] a graduação de bacharel em ciências militares, com habilitação em infantaria da Aeronáutica, e a graduação de bacharel em administração, com ênfase em administração pública” (BRASIL, 2011, [s.p.]).<sup>1</sup>

Os cursos têm duração de quatro anos em tempo integral, assim, seus alunos, denominados “Cadetes da Aeronáutica”, permanecem residentes na instituição, em regime de internato, por estes quatro anos, descontados os períodos de férias e alguns feriados e finais de semana. Para a formação destes cadetes a instituição conta com três grandes estruturas. A primeira é a Divisão de Ensino (DE), que constitui a faculdade propriamente dita, responsável pela formação científica e técnico-especializada, na qual os cadetes recebem em torno de oito aulas diárias, teóricas e práticas. A DE possui mais de cinquenta professores civis efetivos, sendo que a grande maioria tem titulação em nível de

---

1 As certificações mencionadas estão contidas na Lei n.º 12.464/2011, artigos 25, 26 e 27.

doutorado; possui também uma quantidade um pouco maior de instrutores militares, que são, majoritariamente, oficiais temporários, cuja permanência na instituição não ultrapassa oito anos.

A segunda estrutura é denominada Corpo de Cadetes, composto por oficiais militares responsáveis pela doutrinação militar, que concentram suas atividades em períodos em que os cadetes não se encontram na DE. A terceira estrutura é a responsável pelo ensino do voo que, portanto, só recebe alunos do curso de aviação. Ela se subdivide em duas subestruturas, denominadas primeiro e segundo Esquadrão de Instrução Aérea (EIA). O primeiro EIA recebe os alunos do primeiro ano, ensinando a pilotagem de uma aeronave denominada T25; o segundo EIA recebe os alunos do terceiro ano e ensina a pilotagem de um segundo avião, o T27.

O quadro de alunos da AFA compreende cerca de oitocentos jovens, de ambos os sexos, com idade média entre 17 e 23 anos,<sup>2</sup> distribuídos em quatro turmas de um mesmo ano escolar ou, como são denominados na instituição, em quatro esquadrões. A grande maioria de alunos advém de uma escola militar de nível médio localizada em Barbacena (MG), a Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica (EPCAr) - portanto, ingressam na AFA já com três anos de militarização. Os cadetes do curso de Aviação, em sua quase totalidade, vêm da escola de Barbacena, mas alguns ingressam diretamente na AFA a partir do meio civil; por sua vez, os cadetes dos cursos de Intendência e Infantaria da Aeronáutica são, majoritariamente, originários de escolas não-militares, sendo que este último só recebe alunos do gênero masculino (LOURENÇÃO; MUNIZ, 2013).

## **5 A formação em CP E RI na AFA e o perfil desejado do egresso**

A formação dos cadetes da AFA segue parâmetros pedagógicos previstos em documento denominado de projeto pedagógico para os cursos de formação O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso

---

2 Sobre a regulamentação do ingresso na AFA veja artigo 20, inciso V, alínea b, da Lei n.º 12.464/2011.

e apresenta características de um projeto, definindo os seguintes componentes: concepção do curso, estrutura do curso (currículo, corpo docente, corpo técnico-administrativo e infraestrutura), procedimentos de avaliação (dos processos de ensino e aprendizagem e do curso), instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, TCC etc.), entre outros. Ou seja, é um documento base que cada curso possui o seu e que serve para orientar o ensino das formações da Instituição (CFOAV, CFOINT, CFOINF).

Apesar de ser um projeto pedagógico para cada curso, ICA 37-863/2022 (BRASIL, 2022), ICA 37-900/2022 e ICA 37-901/2022, respectivamente, CFOAV, CFOINT, CFOINF, os três eixos do curso, administração pública, instrução militar e doutrina, lhes são comuns, diferenciando-se apenas no eixo correspondente à formação técnica específica de cada quadro (ciências militares para o quadro de infantaria da aeronáutica, ciências aeronáuticas para aviação e ciências da logística para intendência). Esta configuração é percebida pelo Comando da Aeronáutica como pertinente para uma formação de liderança que seja capaz de tornar os cadetes aptos a comandarem uma FAB constantemente atualizada. No projeto pedagógico mencionado, se tem, quanto ao projeto para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores, ICA 37-863/2022 (BRASIL, 2022), a exposição de que o militar deve estar preparado para os desafios do presente e de suas continuidades:

[...] o militar precisa estar preparado para perceber os desafios do tempo presente e pensar a sua ação a partir das continuidades e mudanças do mundo contemporâneo. Para tanto, é preciso estar preparado para compreender essas mudanças e atuar de forma coerente com os princípios demandados das Forças Armadas. Conforme a Concepção Estratégica – Força Aérea 100, “os Meios de Força Aérea deverão ser ajustados aos novos tempos, com a utilização de tecnologias modernas, aliadas a novos conceitos de operação (BRASIL, 2022, p. 30).

E, corroborando com a ideia de que o futuro oficial da FAB necessita estar preparado para o bom exercício das missões da

Força Aérea,<sup>3</sup> esse documento também menciona o que se denomina de ‘perfil profissional’, ou seja, aquilo que se espera da formação do militar. Nas palavras contidas no documento o Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica (PPOA), MCA 36-8/2021, o objetivo é “[...] ser um instrumento norteador para a definição das competências essenciais necessárias aos Oficiais da Aeronáutica, após a capacitação nos cursos e estágios de formação ou adaptação, bem como para os demais cursos de carreira, quando aplicável” (BRASIL, 2021, p.10).

Descreve o que se denomina de competências essenciais para a consolidação de um perfil profissional, dentre as quais, se deve ressaltar a de “Interpretar os princípios, conceitos e doutrinas que orientam o preparo e emprego da Força Aérea Brasileira em contexto nacional e internacional”. Isso, pois, se julga necessário que os cadetes compreendam o contexto sociopolítico no qual se inserem. Ademais, tal documento expressa os conhecimentos e habilidades postas para alcance deste perfil, se destacando, contudo, o conhecimento de identificar a teoria da guerra enquanto fenômeno social, bem como suas consequências para a sociedade e as Políticas de Relações Internacionais praticadas no âmbito das Organizações e Tratados Internacionais dos quais o Brasil faz parte e; como habilidades, a de explicar os conceitos de guerra: híbrida, regular, irregular, insurgente, cibernética e nuclear, biológica e química de acordo com as legislações em vigor e identificar os tratados internacionais ligados ao Direito Internacional dos Conflitos Armados dos quais o Brasil é signatário, seus desdobramentos e aplicações.

Outrossim, é importante destacar que tal perfil é o resultado do esforço do Comando da Aeronáutica em implementar a gestão das competências do profissional militar, diante da consciência das atribuições outorgadas ao profissional da área de Defesa preparado para gerenciar o perfil híbrido das guerras de 4ª e 5ª

---

3 Missão de Força Aérea: Ação de Força Aérea atribuída a um comandante de aeronave, líder de formação de aeronaves, comandante de unidade terrestre ou comandante de fração de tropa, com a finalidade de provocar efeitos de interesse militar (DCA 1-1/2020, v.1, p.11).



gerações, incluídas, neste estudo, na denominação de “guerras pós-modernas”. Essa consciência advém do fato de que atualmente é importante considerar novos cenários “políticos, econômicos, sociais e militares, deve admitir que sua formação está atrelada a um tecnicismo e cientificidade aplicados à Guerra e aos novos perfis de combate, sem necessariamente distanciar-se do espírito marcial” (BRASIL, 2021, p.11.)

Assim, o cadete, para se enquadrar no perfil profissional esperado pela FAB, deverá possuir atributos militares, intelectuais e profissionais, com elevados padrões éticos, cívicos e sociais, sendo capaz de uma atuação profissional competente nas atividades para o curso no qual está sendo formado (CFOAV, CFOINT, CFOINF), bem como, para as atividades administrativas e militares para as quais for futuramente designado.

Nesse contexto pedagógico, registra-se que a disciplina de Relações Internacionais (RI) aos futuros oficiais foi inserida no currículo mínimo dos cursos a partir do ano de 2019.<sup>4</sup> Segundo a última Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) que trata do Projeto Pedagógico implementado na AFA (ICA 37-863/2021), a disciplina de RI contem, como objetivos de aprendizagem, a compreensão do cenário das relações internacionais e a capacidade crítica, analítica criativa e, vem sendo ministrada desde então para as turmas de aviadores do terceiro esquadrão e para as turmas de intendência e infantaria da aeronáutica do quarto esquadrão. Os cursos de formação ofertados pela AFA não têm uma disciplina específica de Ciência Política (CP), de modo que somente alguns de seus conteúdos são trabalhados dentro da disciplina de RI.

Verificando o histórico de reformas curriculares da AFA, essa foi a primeira vez que a disciplina de RI foi implementada, com carga horária inicial de 66 horas-aulas, tratando-se de uma disciplina bastante complexa e densa, abrangendo três grandes temas: teorias das relações internacionais; análise da Política Externa Brasileira (PEB) e análises conjunturais das Relações Internacionais, com enfoque especial aos assuntos de guerras e

---

<sup>4</sup> Esse documento foi substituído pelo projeto pedagógico de curso (PPC) do ano de 2022.

segurança internacional. Os objetivos específicos dessa disciplina são quatro, sendo eles: identificar os principais atores do sistema internacional; compreender as principais abordagens teóricas do sistema internacional; analisar a política externa em geral e a brasileira em particular e; debater temas contemporâneos em Relações Internacionais. Destaca-se que além da disciplina em si, o assunto “relações internacionais” é conferido a outras disciplinas contidas no PPC, como na disciplina de Doutrina Militar.

A disciplina se propõe a trabalhar o conhecimento das principais teorias em RI e, fundamentada nelas, fazer uma reflexão crítica sobre a conjuntura política internacional, e no discernimento dos papéis desempenhados pelos diferentes atores no sistema mundial, e, em especial, na análise das guerras. Entre os objetivos específicos, tem-se: compreender as principais teorias das RI (Realismo, Liberalismo, Construtivismo, Marxismo e abordagens contemporâneas); analisar os eventos contemporâneos do sistema mundial à luz de tais teorias; interpretar a inserção do Brasil no seu entorno regional e no sistema mundial. Por fim, a disciplina também trata de temas contemporâneos em RI, tais como terrorismo, conflitos religiosos, feminismo e meio ambiente, com especial destaque para o estudo dos conceitos e manifestações de guerras irregulares, assimétricas e híbridas.

Pela análise da ementa da disciplina de RI pode-se inferir que o esforço maior é propiciar uma base teórica consistente para que a leitura da realidade da política internacional vá além de seus aspectos descritivos e aparentes, buscando alcançar o nível explicativo a partir da identificação das forças não manifestas operando em uma situação. Além disso, o mapeamento de *players* do sistema internacional latentes e/ou ocultos, atrás das cortinas, pela identificação de interesses políticos e econômicos é constantemente ressaltando principalmente pelos estudos das teorias de Economia Política Internacional (EPI) - seguindo o preceito “*follow the money*” - e, especificamente, pelo próprio estudo dos conceitos e exemplos de guerras híbridas, tal como consta no plano de ensino (LOURENÇÃO, 2021).

A metodologia empregada é a denominada “sala de aula invertida” (*flipped classroom*), uma metodologia de aprendizagem ativa

em que o aluno vem para a aula com o assunto que vai ser desenvolvido já parcial ou totalmente estudado (BERGMANN; SAMS, 2012). No caso, o aluno tem acesso, com semanas de antecedência, a, praticamente, todo o material que será utilizado no decorrer das aulas, bem como ao cronograma previsto, no qual consta o conteúdo a ser ministrado em cada aula. Assim, no momento da aula a interação professor-aluno é focada para aprofundar os temas, sanar dúvidas, aplicar conceitos já absorvidos e construir atividades em grupo. Ou seja, a disciplina tem sido, predominantemente, construída em cima de pesquisas e debates feitos pelos próprios alunos, nos quais o professor atua como um supervisor e mediador. Ressalta-se aqui que a adoção da sala de aula invertida contribui para o desenvolvimento de competências atitudinais que tendem, por sua vez, a favorecerem uma formação para a democracia.

A correlação entre os objetivos desenvolvidos na disciplina de RI e o preparo para o enfrentamento dos desafios postos pelas guerras pós-modernas será analisada no próximo tópico. Porém, deve-se ter em mente o que a própria Força Aérea expõe para o que se espera para a formação de seu futuro oficial, no cumprimento da missão constitucional que lhe foi posta pela Constituição Federal. Neste sentido, destaca-se que o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica de 2018 a 2027 (BRASIL, 2018a) traz como principal valor para a sociedade brasileira, na área do ensino, a formação e contínua capacitação de seu efetivo. Esse objetivo pode ser complementado com a Concepção Estratégica da Força Aérea 100 (BRASIL, 2018b), documento que tem como finalidade precípua “[...] estabelecer a visão para a Força Aérea Brasileira (FAB), ao completar 100 anos de sua criação”. Serve de orientação para o Planejamento Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) e as demais fases do planejamento institucional, uma vez que a construção do conhecimento deve ser pautada no desenvolvimento de capacidades que permitam aos agentes a interação com atores de outras Forças e agências, sejam elas nacionais ou internacionais.

Pode-se constatar que a respectiva formação nesta área de conhecimento é continuada na medida em que ela é contemplada quando da realização do Curso de Comando e Estado-Maior, curso de carreira que visa capacitar Oficiais Superiores – já com

aproximadamente 20 anos de serviço ativo – para o exercício das funções de Estado-Maior, Comando, Direção e Chefia. Tal curso, consoante ICA 37-22/2017, está estruturado no campo Técnico-Especializado, nas áreas de Administração, de Ciência Política e de Defesa. Na área de Ciência Política, especificamente e de acordo com o documento em questão, “[...] o oficial-aluno terá oportunidade de aprimorar seus conhecimentos com base no estudo da conjuntura nacional e internacional e da legislação em vigor, centrando o ensino-aprendizagem no âmbito mais específico da sua formação militar com vistas à assessoria de alto nível” (ICA 37-22/2017, p. 08).

Desse modo e, diante da leitura dos documentos acima expostos, tem-se o perfil desejado do futuro oficial da FAB que, consoante ICA 37-22/2017 é continuado no Curso de Comando e Estado-Maior, curso de carreira aos oficiais superiores no que tange aos conhecimentos de ciência política, sobretudo, relativos às relações internacionais. Aqui, se destaca a necessidade desse empreendimento contínuo das capacidades a serem desenvolvidas pelo oficial, ao longo da sua carreira, que deve desprender-se de uma formação clássica.

Frente ao conjunto de competências que os combatentes das guerras atuais e futuras precisam adquirir, pode-se inferir que necessitam receber uma formação densa e reflexiva em ciências humanas. Especificamente dentro das humanidades, estes combatentes devem possuir uma extensa formação no campo da Ciência Política. Tal formação tem recebido a contribuição da disciplina de Relações Internacionais, tal como ministrada na AFA. O exposto acima se trata de uma inferência na medida em que não há nenhum documento que tenha sido publicizado pela instituição que explicita as razões da criação da disciplina de Relações Internacionais.

## **6 Análise e discussão**

A administração da violência militar empreendida pelo Estado deve ser realizada por aquele que é considerado um profissional. O profissional militar deve conter três elementos: a especialização,

que consiste na “[...] base de padrões objetivos de competência profissional, que separa profissionais e leigos e que mede a relativa capacidade de membros de uma profissão” (HUNTINGTON, 1996, p. 26); a responsabilidade, compromisso que o profissional tem com a sociedade em relação à atividade por ele exercida; e a corporatividade “[...] unidade orgânica e de autoconsciência como um grupo e que difere dos leigos” (HUNTINGTON, 1996, p. 28).

Os documentos oficiais a respeito da formação e do perfil do egresso da AFA, que foram examinados neste estudo estão voltados à característica da tecnicidade, posta para Huntington (1996) como um dos pilares do profissionalismo. Essa especialização técnica torna-se relevante hoje, em virtude da elasticidade das atividades exercidas atualmente pelas Forças Armadas em busca da manutenção de um Estado Democrático de Direito.<sup>5</sup> Observa-se, assim, um elastecimento destas atividades complementares, chamadas de atribuições subsidiárias, principalmente voltadas ao apoio do combate à criminalidade organizada, apoio a ações humanitárias, a proteção do meio ambiente e ao combate do tráfico ilícito de entorpecentes.

Dessa forma, a formação de uma visão de mundo do profissional militar que resulte de conhecimentos e reflexões críticas trabalhadas no campo de conhecimento da ciência política tem o potencial de torná-lo apto a lidar com as operações em ambientes de maior complexidade,<sup>6</sup> quando o poder político assim determinar. Neste caso, o combatente militar atuante em ambientes urbanos permeados de população civil estaria muito mais consciente das implicações sociais de sua presença, atentando de modo sobremaneira, aos temas envolvidos, tais como: racismo estrutural,

---

5 Sobre a expressão *Estado democrático de direito*, “a aproximação das ideias de constitucionalismo e de democracia produziu uma nova forma de organização política, que atende por nomes diversos: estado democrático de direito, estado constitucional de direito [...]” (BARROSO, 2005, p. 01).

6 São operações militares em áreas densamente povoadas ou centros urbanos, realizadas devido ao aumento do uso das Forças Armadas em operações de contexto doméstico, por força da Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, que estabelece algumas das atividades de caráter subsidiário a serem exercidas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sem esgotar as possibilidades.

criminalização de movimentos sociais, ideologia punitivista, entre outros. Um comandante iniciado nestes assuntos de forma crítica e contextualizada vai conseguir conduzir estas operações urbanas de modo muito menos letal, sendo mais eficaz.

Ademais, com base na literatura levantada, verificou-se que há um espectro que vai desde as ameaças, passam pelos conflitos e chegam às guerras híbridas. As principais características destes fenômenos são a imprecisão e a ambiguidade, que por um lado favorecem o atacante e, por outro, desnorream o alvo. Há participação de atores estatais e não-estatais e as atuações podem acontecer por meio de atores intermediários, os chamados *proxy actors*. As ações, do ponto de vista do atacante são coordenadas e descentralizadas, e seu objetivo principal é desestabilizar a capacidade de tomada de decisão do alvo, de forma que não consiga nem mesmo identificar que está sendo objeto de ações híbridas e, caso identifique, não consiga se organizar e se articular para contrapô-las, causando prejuízos aos seus interesses nacionais.

O grande desafio está não só para os militares, mas para a sociedade como um todo, pois estas ações são realizadas majoritariamente por meio de medidas não-militares, sendo estas empregadas quando o conflito híbrido já está colocado. Sem perder o foco do preparo do instrumento militar, foi possível levantar com base na literatura que a Educação dos oficiais é um fator-chave para se opor a estes eventos híbridos, inclusive para que não se tornem, também, massa de manobra de campanhas de desinformação, e de interesses que não sejam os nacionais, por exemplo.

Um corpo de oficiais mais inteirado de como se sucedem as guerras híbridas, de que a defesa de uma nação necessita de muito mais do que meios militares e, ainda, inteirado das ideologias imbricadas nas diferentes narrativas em curso, não será incauto de se manifestar politicamente em apoio a grupos patrocinados por algum país estrangeiro cujo único objetivo é justamente desestabilizar e polarizar o ambiente sociocultural de um país para melhor dominá-lo.

Portanto, há necessidade de se um oficial preparado para além dos aspectos técnicos e tangíveis, que frequente disciplinas que contribuam para a construção de sua visão de mundo desde

o início de sua formação até o final da carreira, que tenha uma formação atualizada, de longo prazo e continuada e que domine habilidades como a de ser flexível e de se comunicar diplomaticamente, além de desenvolver *soft skills*, como a empatia, por exemplo. A construção de um tomador de decisões de alto nível leva anos e décadas para se alcançar, e a continuidade da formação se justifica pois os oficiais do nível tático de hoje serão os do nível estratégico de depois de amanhã.

Neste escopo, acredita-se que as disciplinas de ciência política e relações internacionais sejam, ao lado de outras como história e geografia, fundamentais para a formação robusta de alto nível do oficial. Trata-se de entregar ao operador tático de hoje e ao estrategista de amanhã ferramentas teóricas e metodológicas para que construa sua visão de mundo, a fim de entender o seu papel na sociedade como dirigente do instrumento militar. Diante do levantamento curricular dos oficiais formados na AFA, verificou-se a ausência da ciência política como disciplina, estando presente apenas no que se refere ao estudo da administração pública. Por outro lado, a existência da disciplina de Relações Internacionais acontece não só como componente da grade principal, mas também permeando outras disciplinas, como Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), Economia, Língua Espanhola e História Militar. A introdução desta disciplina a partir de 2019 está consoante ao perfil profissional traçado para o futuro oficial, que deve estar preparado para a observância dos mais diversos cenários de conflito e sua formação estar atrelado ao tecnicismo e cientificidade e aos novos perfis de combate (BRASIL, 2021).

## 7 Conclusões

É possível inferir deste estudo que a implementação da disciplina de Relações Internacionais no currículo de ensino da Academia da Força Aérea Brasileira, em sinergia com as demais disciplinas das Ciências Humanas e Sociais representa, ao menos parcialmente, a reparação de uma lacuna importante que havia na formação do futuro oficial, e, ao mesmo tempo, um olhar para os futuros desafios relativos à defesa nacional. O ensino de RI da

AFA é incipiente e um longo percurso há de ser traçado, de forma a observar que foi um ponto de partida, mas não deve ser o de chegada. Essa capacitação deve ser continuada para que o oficial possa estar focado no profissionalismo durante toda a sua carreira.

A pesquisa se limitou a verificar o que está previsto em legislações e documentos institucionais, sendo oportunidade para um próximo estudo, realizar entrevistas com os oficiais a fim de se verificar as suas percepções sobre a importância das disciplinas de ciência política e relações internacionais, bem como, seu nível de conhecimento sobre elas. Ou seja, outros estudos podem ser desenvolvidos para compreender se o que está previsto em legislação está chegando aos cadetes, com qual qualidade, profundidade e amplitude com que as disciplinas são abordadas e lecionadas, de modo a se compreender melhor o processo de formação do oficial de carreira da FAB.

Apesar dos limites acima observados, esse estudo como demais a serem desenvolvidos sobre essa temática tornam-se de extrema relevância, ao passo que a incógnita permanece sobre o que deve ser ensinado ao militar para que de fato ele possa estar preparado para a solução e combate das adversidades trazidas por um conflito híbrido. A única resposta alcançável neste momento é a de que, sem dúvidas, o ensino de relações internacionais e ciência política é fator primordial na formação do oficial militar em um mundo de complexidade crescente.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, L. R. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil). **Revista de Direito Administrativo**, n. 240, p. 1-42, 2005.

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Flip your classroom: Reaching Every Student in Every Class Every Day**. Washington (DC): International Society for Technology in Education, 2012.

BRASIL. **Lei 12.464, de 4 de agosto de 2011**. Dispõe sobre o ensino na Aeronáutica; e revoga o Decreto-Lei nº 8.437, de 24 de dezembro de 1945, e as Leis n.º 1.601, de 12 de maio de 1952, e 7.549, de 11 de dezembro de 1986. Brasília: [s.n.], 2011.



BRASIL. Ministério da Defesa. **ICA 37-863/2022**: Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. [s.l.]: [s.n.], 2022.

\_\_\_\_\_. **MCA 36-8/2021**: Perfil Profissional dos oficiais da Aeronáutica - PPOA - VOLUME I - QOAV, QOINT E QOINF. [s.l.]: [s.n.], 2021.

\_\_\_\_\_. **PCA 11-47/2018**: Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018-2027. [s.l.]: [s.n.], 2018a.

\_\_\_\_\_. **DCA 11-45**: Concepção Estratégica da Força Aérea 100. [s.l.]: [s.n.], 2018b.

CLAUSEWITZ, C. **Da Guerra**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FINER, S. E. **The man on horseback**: the role of the military in politics. [s.l.]: [s.n.], 1962.

GERASIMOV, V. The Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations. **Military Review**, v. 96, n. 01, p. 23 – 29, 2016.

GIANOPOULOS, G.; SMITH, H.; THEOCHARIDOU, M. **The Landscape of Hybrid Threats**: A Conceptual Model - Public Version, [s.v.], [s.p.], 2021.

HAMMES, T. X. **The Sling and the Stone**: On War in the 21st Century. Saint Paul, MN: Zenith Press, 2006.

HOFFMAN, F. G. **Conflict in the 21st Century**: The Rise of Hybrid Wars. Arlington, VA: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

HUNTINGTON, S. P. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JONSSON, O.; SEELY, R. Russian Full-Spectrum Conflict: An Appraisal After Ukraine. **Journal of Slavic Military Studies**, v. 28, p. 1–22, 2015.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas**: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime. Moscou: People's Friendship University of Russia, 2015.

\_\_\_\_\_. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LIANG, Q.; XIANGSUI W. **Unrestricted Warfare**. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.

LIND, W. *et al*: The Changing Face of War: into the Fourth Generation. **Marine Corps Gazette**, [s.v.], [s.p.], 1989.

LOURENÇÃO, H. J. A contribuição da Ciência Política na formação democrática do oficial das Forças Armadas. In: ROMUALDO, C.; GIROTTI,

M. T.; ZUIN, P. B. (orgs.). **Diálogos em didática**. São Paulo: Ideias e Letras, 2016. p. 26 – 45.

\_\_\_\_\_. A presença da ideologia anticomunista no ideário castrense. In: ROCHA, M.; FIGUEIREDO, E. L. (orgs.). **Estudos Estratégicos & Relações Internacionais**: o protagonismo da China no Século 21. Niterói: Luzes, 2020. p. 62 – 78.

\_\_\_\_\_. Contextualização histórica da guerra híbrida na anexação da Crimeia à Federação Russa. In: SENHORAS, E. M. **Ciência política**: poder e establishment 2. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 52 – 69.

LOURENÇÃO, H. J.; MUNIZ, M. A constituição da subjetividade militar em cadetes da Academia da Força Aérea (AFA). **Revista Sul-Americana de Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 114-133, 2013.

MONAGHAN, S. Countering Hybrid Warfare: So What for the Future Joint Force? **PRISM**, v. 8, n. 2, p. 82 - 98, 2019.

NGAIRE, W. The Uses of Theory in the Study of International Relations. In: \_\_\_\_\_. **Explaining International Relations Since 1945**. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 63 – 89.

PRZEWORSKY, A. Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia? In MOISÉS, J. A.; ALBUQUERQUE, J. A. G. **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 23 – 41.

ROUQUIÉ, A. **O extremo-ocidente**: introdução à América Latina. São Paulo, Edusp, 1991.

SHAHSKOV, S. The theory of 'manageable chaos' put into practice. **Strategic Culture Journal**, n. 36, p. 8, 2011.

TZU, S. **The Art of War**. [s.l.]: [s.n.], 1994. [The Project Gutenberg e-Book].

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Ed. Unb, 2004.